



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo: Direitos geracionais

**A JUVENTUDE NO BRASIL: PERSPECTIVAS CIENTIFICAS, POPULARES
E ESTATAIS**

Resumo: A relevância da juventude enquanto paradigma contemporâneo de abordagem científica se mostra legítima, quando posto que o mesmo ultrapassa fronteiras, constituindo não somente um tema nacional, mas sim internacional. As diferentes abordagens sobre a juventude, tanto por parte de órgãos nacionais, como internacionais, não governamentais (ONGs), bem como por parte da população em geral demonstram que o mesmo merece políticas públicas adequadas.

Neste contexto o presente trabalho buscou analisar as diferentes políticas sociais por parte do Estado destinada a essa camada social, por meio de uma pesquisa bibliográfica e estudo acerca de órgãos, documentos e programas nacionais, municipais e estaduais acerca do tema. Buscou-se abordar os inúmeros paradigmas que tangem a construção da concepção contemporânea de juventude no Brasil, focando em como a episteme popular e a ciência contribuem para a ação do Estado nas políticas públicas voltadas para esta população.

Para evidenciar as diferentes perspectivas e discussões feitas nestas áreas do saber científico acerca deste tema utiliza-se como principal referência o artigo de Alcimar Trancoso e Adélia Oliveira (2016) que traz uma importante contribuição para um panorama geral da discussão em torno do termo juventude nas ciências humanas e sociais como um todo. O texto foi produzido através do método da metasíntese, no qual os autores analisaram inúmeras teses, dissertações e artigos publicados nos anos de 2007 a 2011, sendo 189 documentos acessados integralmente: 37 artigos científicos, 32 teses e 120 dissertações que traziam algum conceito de juventude.

Na abordagem acerca do senso comum aponta-se três formas de contextualização inter-relacionadas da juventude por esta episteme: período preparatório, o jovem problema e a visão do jovem como ator estratégico. Na primeira concepção é atribuída, assim como nas teorias científicas em geral, a ideia da juventude enquanto

transição entre infância e adolescência, põem-se o jovem como um sujeito incompleto, em preparação e assim receptor de formação. A segunda ideia traz a juvenildade como etapa problemática, relacionando-a a comportamentos de risco e transgressão, se relacionando a primeira concepção por conta da justificação de tal comportamento apoiado no discurso do jovem em etapa transitória e assim não formado plenamente enquanto sujeito. A terceira por fim, põe o jovem como ator estratégico em sentido progressista, no qual muda a lógica exclusivista do paradigma anterior, que classificava a mocidade não mais como situação de risco e vulnerabilidade, mas sim passa a apresentar o jovem como peça fundamental na evolução social, isto é, agente social protagonista.

No âmbito político-institucional, apresenta-se uma certa mesclagem das duas abordagens anteriormente apresentadas, derivado do sistema político democrático e tecnocrático que tange o Ocidente, o primeiro explica o porquê da aceitação do senso comum nas diversas abordagens e ações políticas dos Estados, o segundo por sua vez justifica a participação da ciência na mesma atuação políticas, através de especialistas que compõe órgãos governamentais ou não. Sendo assim, aponta-se por fim que as políticas públicas no Brasil destinadas à população na situação juvenil se manifestam de quatro formas concomitantes: A) Adotando uma atuação ideológica, ao colocar o jovem como individuo em formação; B) O Estado Também trabalha com a ideia de juventude como etapa problemática; C) A concepção do jovem enquanto protagonista do desenvolvimento, também vigora no que diz respeito a atuação do estado. D) A última abordagem por parte do estado é o que Abramo (2005) chama de: o jovem enquanto cidadão de direito, assim dando aos mesmos privilégios.

Referências

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 2010.

Abramo, H. W. (2005). **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. In M. V. Freitas. (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais* (pp. 19-35). São Paulo: Ação Educativa.

TRANCOSO, A. E. R.; OLIVEIRA, A. A. S. Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. *Pesqui. prá. psicossociais* vol.11 no.2 São João del-Rei dez. 2016.

Canetti, A. L. & Maheirie, K. (2010). *Juventudes e violências: implicações éticas e políticas*. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(3), 573-590.

Vaz D; Rochet, F; Santos, J; Spínola, M. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

FORACCHI, Marialice; MARTINS, José. **Sociologia e Sociedade: Leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. Cap.13, p.200-214.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos; CHAUI, Marilena. **Filosofia e Sociologia: Série novo ensino médio. In: A convivência humana**. São Paulo: Ática. 2008. Cap 02, p.97-108.

LIVEIRA, P. **Metodologia das Ciências Humanas** In: Caminhos de construção da Pesquisa em Ciências Humanas. Editora Unesp: São Paulo, 1998.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**, 10ª. ed., São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2003.

Debert, G. G. (2010). **A dissolução da vida adulta e a juventude como valor**. Horizontes Antropológicos, 16(34), 49-70.

Anais do 7º Encontro Internacional de Política social e 14º Encontro Nacional de Política Social ISSN 2175-098X